

A recusa a um tratamento de saúde por convicção religiosa é um direito garantido pelo Supremo Tribunal Federal no [\*\*Tema 1.069\*\*](#). Caso a equipe médica não aceite adotar um procedimento alternativo, o hospital deve garantir a transferência a outra unidade apta a fazer o atendimento, conforme prevê outra tese do STF — a do [\*\*Tema 952\*\*](#).

Com base nesse entendimento, a 9<sup>a</sup> Câmara de Direito Privado do [\*\*Tribunal de Justiça de São Paulo\*\*](#) condenou uma fundação hospitalar que atende pelo [\*\*SUS\*\*](#) a indenizar uma paciente idosa por perdas e danos. O valor da indenização deverá cobrir as despesas que ela teve na rede privada devido à recusa do hospital em providenciar transferência ou procedimento alternativo.

[Leia aqui na íntegra.](#)

**Fonte:** ConJur, em 25.11.2025